



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 328, DE 2017

(Do Sr. Aureo e outros)

Altera a Seção II do Capítulo II da Constituição Federal para incluir o saneamento básico dentre as ações de saúde, fixar percentuais mínimos de investimento, prever sua forma de financiamento e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À PEC-93/2015.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. O art. 196 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção II

Da Saúde e do Saneamento Básico

Art. 196. A saúde e o saneamento básico são direitos de todos e dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para prevenção, promoção, proteção e recuperação. (NR)

Art. 2º. A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 198-A:

Art. 198-A. As ações e serviços públicos de saneamento básico constituem sistema nacional coordenado entre a União e os demais entes federados, orientado por diretrizes estabelecidas na lei, com execução descentralizada nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, e classificados como ações preventivas em saúde.

§ 1º O sistema nacional de saneamento será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saneamento básico recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento);

II - no caso dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior 3,5% (três inteiros e cinco décimos), na forma que a Lei estabelecer;

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que tratam os incisos I e II do § 2º;

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados ao saneamento básico destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais e a universalização dos sistemas.

Art. 3º O disposto no inciso I do § 2º do art. 198-A da Constituição Federal será cumprido progressivamente, garantidos, no mínimo:

I - 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) da receita corrente líquida no primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - 3,7% (três inteiros e sete décimos por cento) da receita corrente líquida no segundo exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

III - 4,1% (quatro inteiros e um décimo por cento) da receita corrente líquida no terceiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida no quarto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

V - 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida no quinto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) afirma que que cada R\$ 1 investido por governos em saneamento básico economiza R\$ 4 em custos no sistema de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que este retorno possa chegar a mais de trinta vezes o valor empenhado, quando contabilizados os gastos em saúde e os prejuízos financeiros pela baixa na produtividade dos trabalhadores. Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o segmento recebeu menos de 10% do total de gastos em obras de infraestrutura feitos no país entre 2007 e 2014, bem atrás de áreas como transportes, telecomunicações e energia elétrica.

Em todo o mundo, 1,9 milhão de mortes infantis são causadas por diarreias todos os anos, segundo dados da Funasa. Do total de doenças registradas na população, 4,2% se devem à falta do saneamento básico.

Em 2016, o governo divulgou que, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 1.058 obras levaram água e esgoto para 50 milhões de brasileiros entre 2007 e 2015, cujo investimento feito pela União foi de R\$ 104,26 bilhões. Com aprovação dessa PEC, espera-se que cerca de 40 bilhões sejam investidos a cada ano.

Para alcançar as metas fixadas em 2013 pelo Plano Nacional de Saneamento Básico para universalizar em 20 anos os serviços de água e esgoto no Brasil, o Brasil necessita de investimentos aproximados de R\$ 300 bilhões, o equivalente a mais de R\$ 15 bilhões por ano.

Pelas contas da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - Abcon, mantido o ritmo atual, a meta de abastecer 100% da população urbana com água tratada e alcançar mais de 90% de domicílios servidos por rede coletora de esgoto só será alcançada depois de 2050.

A todo momento somos afetados por um surto de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, cujo um dos principais fatores para que este vetor se reproduza é a precariedade ou a falta de serviços adequados de saneamento básico. Segundo levantamento feito pela Agência Brasil a partir da lista do Ministério da Saúde de cidades com risco de surto de dengue e de dados sobre saneamento básico do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a falta de abastecimento de água e de coleta de lixo está relacionada ao alto número de casos de dengue nas cidades. Dos 48 municípios com risco de surto da doença no verão, 62,5% têm menos da metade das casas com acesso a saneamento adequado.

Diante destes dados é factível que as ações e os serviços de saneamento sejam enxergados pelo poder público como ações de medicina preventiva. É preciso pensar que em médio prazo estes recursos investidos se manifestarão na menor necessidade de gastos em saúde, numa maior produtividade dos trabalhadores e na melhoria do bem-estar geral da população brasileira.

Esta Proposta de Emenda à Constituição propõe que os investimentos em saneamento básico sejam contabilizados no piso da saúde, com valores mínimos definidos por lei do que cada município, estado e a União devam empregar nestas ações e serviços, tal como ocorre com os serviços públicos de saúde. Dessa forma, alcançando em futuro próximo a universalização dos serviços de saneamento básico para todos os lares do Brasil.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2017

DEPUTADO AUREO
Solidariedade/RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0328/2017

Autor da Proposição: AUREO E OUTROS

Data de Apresentação: 01/06/2017

Ementa: Altera a Seção II do Capítulo II da Constituição Federal para incluir o saneamento básico dentre as ações de saúde, fixar percentuais mínimos de investimento, prever sua forma de financiamento e dá outras providências.

Totais de Assinaturas:

| | |
|-------------------|-----|
| Confirmadas | 183 |
| Não Conferem | 008 |
| Fora do Exercício | 000 |
| Repetidas | 017 |
| Ilegíveis | 000 |
| Retiradas | 000 |
| Total | 208 |

Confirmadas

| | | | |
|----|----------------------|------|----|
| 1 | ADELMO CARNEIRO LEÃO | PT | MG |
| 2 | ADELSON BARRETO | PR | SE |
| 3 | AELTON FREITAS | PR | MG |
| 4 | AFONSO FLORENCE | PT | BA |
| 5 | ALAN RICK | PRB | AC |
| 6 | ALBERTO FILHO | PMDB | MA |
| 7 | ALEX CANZIANI | PTB | PR |
| 8 | ALEXANDRE SERFIOTIS | PMDB | RJ |
| 9 | ALFREDO KAEFER | PSL | PR |
| 10 | ALIEL MACHADO | REDE | PR |
| 11 | ALUISIO MENDES | PODE | MA |
| 12 | ANDRÉ ABDON | PP | AP |
| 13 | ANDRÉ AMARAL | PMDB | PB |
| 14 | ANDRÉ DE PAULA | PSD | PE |
| 15 | ANDRÉ FIGUEIREDO | PDT | CE |
| 16 | ANTONIO BULHÕES | PRB | SP |
| 17 | ASSIS CARVALHO | PT | PI |
| 18 | ASSIS DO COUTO | PDT | PR |
| 19 | ÁTILA LINS | PSD | AM |
| 20 | ÁTILA LIRA | PSB | PI |
| 21 | AUGUSTO COUTINHO | SD | PE |
| 22 | AUREO | SD | RJ |

| | | | |
|----|---------------------------|-------|----|
| 23 | BACELAR | PODE | BA |
| 24 | BEBETO | PSB | BA |
| 25 | BENJAMIN MARANHÃO | SD | PB |
| 26 | BETO ROSADO | PP | RN |
| 27 | BRUNNY | PR | MG |
| 28 | CABO SABINO | PR | CE |
| 29 | CABUÇU BORGES | PMDB | AP |
| 30 | CACÁ LEÃO | PP | BA |
| 31 | CAPITÃO AUGUSTO | PR | SP |
| 32 | CARLOS HENRIQUE GAGUIM | PODE | TO |
| 33 | CARLOS MELLES | DEM | MG |
| 34 | CELSO JACOB | PMDB | RJ |
| 35 | CELSO MALDANER | PMDB | SC |
| 36 | CHICO LOPES | PCdoB | CE |
| 37 | CHRISTIANE DE SOUZA YARED | PR | PR |
| 38 | CLEBER VERDE | PRB | MA |
| 39 | COVATTI FILHO | PP | RS |
| 40 | CRISTIANE BRASIL | PTB | RJ |
| 41 | DAMIÃO FELICIANO | PDT | PB |
| 42 | DANIEL ALMEIDA | PCdoB | BA |
| 43 | DANILO FORTE | PSB | CE |
| 44 | DARCÍSIO PERONDI | PMDB | RS |
| 45 | DÉCIO LIMA | PT | SC |
| 46 | DELEGADO ÉDER MAURO | PSD | PA |
| 47 | DIEGO GARCIA | PHS | PR |
| 48 | DILCEU SPERAFICO | PP | PR |
| 49 | DOMINGOS NETO | PSD | CE |
| 50 | DOMINGOS SÁVIO | PSDB | MG |
| 51 | DR. SINVAL MALHEIROS | PODE | SP |
| 52 | EDIO LOPES | PR | RR |
| 53 | EDMAR ARRUDA | PSD | PR |
| 54 | EDUARDO BOLSONARO | PSC | SP |
| 55 | EDUARDO DA FONTE | PP | PE |
| 56 | ERIKA KOKAY | PT | DF |
| 57 | ERIVELTON SANTANA | PEN | BA |
| 58 | EVAIR VIEIRA DE MELO | PV | ES |
| 59 | EVANDRO ROMAN | PSD | PR |
| 60 | EXPEDITO NETTO | PSD | RO |
| 61 | EZEQUIEL FONSECA | PP | MT |
| 62 | FÁBIO MITIDIERI | PSD | SE |
| 63 | FABIO REIS | PMDB | SE |
| 64 | FÁBIO SOUSA | PSDB | GO |
| 65 | FAUSTO PINATO | PP | SP |
| 66 | FELIPE BORNIER | PROS | RJ |
| 67 | FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR | PDT | BA |
| 68 | FRANKLIN | PP | MG |
| 69 | GABRIEL GUIMARÃES | PT | MG |
| 70 | GENECIAS NORONHA | SD | CE |
| 71 | GILBERTO NASCIMENTO | PSC | SP |

| | | | |
|-----|------------------------|-------|----|
| 72 | GIUSEPPE VECCI | PSDB | GO |
| 73 | GIVALDO CARIMBÃO | PHS | AL |
| 74 | GIVALDO VIEIRA | PT | ES |
| 75 | GONZAGA PATRIOTA | PSB | PE |
| 76 | GOULART | PSD | SP |
| 77 | HEULER CRUVINEL | PSD | GO |
| 78 | HUGO MOTTA | PMDB | PB |
| 79 | IRACEMA PORTELLA | PP | PI |
| 80 | JAIME MARTINS | PSD | MG |
| 81 | JEFFERSON CAMPOS | PSD | SP |
| 82 | JERÔNIMO GOERGEN | PP | RS |
| 83 | JHONATAN DE JESUS | PRB | RR |
| 84 | JOÃO DERLY | REDE | RS |
| 85 | JOÃO MARCELO SOUZA | PMDB | MA |
| 86 | JOÃO RODRIGUES | PSD | SC |
| 87 | JORGINHO MELLO | PR | SC |
| 88 | JOSÉ PRIANTE | PMDB | PA |
| 89 | JOSE STÉDILE | PSB | RS |
| 90 | JOSI NUNES | PMDB | TO |
| 91 | JÚLIA MARINHO | PSC | PA |
| 92 | JÚLIO CESAR | PSD | PI |
| 93 | JÚLIO DELGADO | PSB | MG |
| 94 | JUNIOR MARRECA | PEN | MA |
| 95 | LAERTE BESSA | PR | DF |
| 96 | LELO COIMBRA | PMDB | ES |
| 97 | LINCOLN PORTELA | PRB | MG |
| 98 | LINDOMAR GARÇON | PRB | RO |
| 99 | LUCIO MOSQUINI | PMDB | RO |
| 100 | LUCIO VIEIRA LIMA | PMDB | BA |
| 101 | LUIS TIBÉ | PTdoB | MG |
| 102 | LUIZ CARLOS RAMOS | PODE | RJ |
| 103 | LUIZ CLÁUDIO | PR | RO |
| 104 | LUIZ FERNANDO FARIA | PP | MG |
| 105 | LUIZ NISHIMORI | PR | PR |
| 106 | MAJOR OLIMPIO | SD | SP |
| 107 | MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO | PR | MG |
| 108 | MARCELO CASTRO | PMDB | PI |
| 109 | MARCELO MATOS | PHS | RJ |
| 110 | MARCELO SQUASSONI | PRB | SP |
| 111 | MÁRCIO MARINHO | PRB | BA |
| 112 | MARCO MAIA | PT | RS |
| 113 | MARCO TEBALDI | PSDB | SC |
| 114 | MARCOS ROGÉRIO | DEM | RO |
| 115 | MARCUS VICENTE | PP | ES |
| 116 | MARIA HELENA | PSB | RR |
| 117 | MAURO LOPES | PMDB | MG |
| 118 | MAURO MARIANI | PMDB | SC |
| 119 | MIGUEL LOMBARDI | PR | SP |
| 120 | MILTON MONTI | PR | SP |

| | | | |
|-----|--------------------------|-------|----|
| 121 | MOSES RODRIGUES | PMDB | CE |
| 122 | NELSON MARQUEZELLI | PTB | SP |
| 123 | NEWTON CARDOSO JR | PMDB | MG |
| 124 | NILSON PINTO | PSDB | PA |
| 125 | NILTON CAPIXABA | PTB | RO |
| 126 | OSMAR BERTOLDI | DEM | PR |
| 127 | OTAVIO LEITE | PSDB | RJ |
| 128 | PAES LANDIM | PTB | PI |
| 129 | PASTOR EURICO | PHS | PE |
| 130 | PAULO ABI-ACKEL | PSDB | MG |
| 131 | PAULO FOLETTTO | PSB | ES |
| 132 | PAULO FREIRE | PR | SP |
| 133 | PAULO HENRIQUE LUSTOSA | PP | CE |
| 134 | PEDRO CHAVES | PMDB | GO |
| 135 | PEDRO CUNHA LIMA | PSDB | PB |
| 136 | POMPEO DE MATTOS | PDT | RS |
| 137 | PROFESSOR VICTÓRIO GALLI | PSC | MT |
| 138 | PROFESSORA MARCIVANIA | PCdoB | AP |
| 139 | RAQUEL MUNIZ | PSD | MG |
| 140 | REMÍDIO MONAI | PR | RR |
| 141 | RENATA ABREU | PODE | SP |
| 142 | RENATO ANDRADE | PP | MG |
| 143 | RENZO BRAZ | PP | MG |
| 144 | ROBERTO ALVES | PRB | SP |
| 145 | ROBERTO BRITTO | PP | BA |
| 146 | ROBERTO GÓES | PDT | AP |
| 147 | ROBERTO SALES | PRB | RJ |
| 148 | ROCHA | PSDB | AC |
| 149 | RODRIGO DE CASTRO | PSDB | MG |
| 150 | RODRIGO MARTINS | PSB | PI |
| 151 | RÔMULO GOUVEIA | PSD | PB |
| 152 | RONALDO FONSECA | PROS | DF |
| 153 | RONALDO LESSA | PDT | AL |
| 154 | RONALDO MARTINS | PRB | CE |
| 155 | RÔNEY NEMER | PP | DF |
| 156 | RUBENS OTONI | PT | GO |
| 157 | RUBENS PEREIRA JÚNIOR | PCdoB | MA |
| 158 | SARAIVA FELIPE | PMDB | MG |
| 159 | SÉRGIO BRITO | PSD | BA |
| 160 | SÉRGIO MORAES | PTB | RS |
| 161 | SERGIO VIDIGAL | PDT | ES |
| 162 | SILVIO TORRES | PSDB | SP |
| 163 | SÓSTENES CAVALCANTE | DEM | RJ |
| 164 | STEFANO AGUIAR | PSD | MG |
| 165 | SUBTENENTE GONZAGA | PDT | MG |
| 166 | TENENTE LÚCIO | PSB | MG |
| 167 | THIAGO PEIXOTO | PSD | GO |
| 168 | ULDURICO JUNIOR | PV | BA |
| 169 | VALMIR ASSUNÇÃO | PT | BA |

| | | | |
|-----|-------------------------|------|----|
| 170 | VALTENIR PEREIRA | PMDB | MT |
| 171 | VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PMDB | PB |
| 172 | VICENTE CANDIDO | PT | SP |
| 173 | VICENTINHO | PT | SP |
| 174 | VICENTINHO JÚNIOR | PR | TO |
| 175 | VICTOR MENDES | PSD | MA |
| 176 | VITOR VALIM | PMDB | CE |
| 177 | WALDENOR PEREIRA | PT | BA |
| 178 | WALDIR MARANHÃO | PP | MA |
| 179 | WALTER IHOSHI | PSD | SP |
| 180 | WELLINGTON ROBERTO | PR | PB |
| 181 | WILSON FILHO | PTB | PB |
| 182 | ZÉ CARLOS | PT | MA |
| 183 | ZÉ GERALDO | PT | PA |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

.....

CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Disposições Gerais

.....

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro; (*[Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)*)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (*[Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)*)

III – sobre a receita de concursos de prognósticos;

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (*[Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003](#)*)

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 2005\)*](#)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do *caput*, serão não-cumulativas. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)*](#)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)*](#)

Seção II Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo

sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. [\(Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

I – no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014\) \(Vide art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 2015\)](#)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea *a*, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

I – os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014\)](#)

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

IV – [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e revogado pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015\)](#)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006\)](#)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente

comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006](#)) e ([Parágrafo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010](#))

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006](#))

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

.....

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 2016

Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É facultado ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos trinta dias seguintes à promulgação desta Emenda Constitucional, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 18 de fevereiro de 2016.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado EDUARDO CUNHA
Presidente

Mesa do Senado Federal

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Deputado WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente

Senador JORGE VIANA
1º Vice-Presidente

Deputado GIACOBBO
2º Vice-Presidente

Senador ROMERO JUCÁ
2º Vice-Presidente

Deputado BETO MANSUR
1º Secretário

Senador VICENTINHO ALVES
1º Secretário

DEPUTADO Felipe Bornier
2º Secretário

Senador ZEZE PERRELLA
2º Secretário

Deputada MARA GABRILLI
3ª Secretária

Senador GLADSON CAMELI
3º Secretário

Deputado ALEX CANZIANI
4º Secretário

Senadora ÂNGELA PORTELA
4ª Secretária

| |
|-------------------------|
| FIM DO DOCUMENTO |
|-------------------------|